

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.254 - MT (2019/0143483-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ANA LUZIA SANTANA
ADVOGADOS : CELSO MARTIN SPOHR E OUTRO(S) - MT002376
MOACIR JESUS BARBOZA - MT010753A
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ANA LUZIA SANTANA , contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO PROCESSUAL CIVIL APOSENTADORIA
POR IDADE TRABALHADOR RURAL INÍCIO DE PROVA
MATERIAL E FRAGILIDADE DA PROVA TESTEMUNHAL
CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE SENTENÇA DE
IMPROCEDÊNCIA MANTIDA APELAÇÃO IMPROVIDA

Quanto à controvérsias, indicadas pela alínea "a" e alínea "c" do permissivo constitucional, alega violação do art. 489, II, do CPC/15, no que concerne à fundamentação da sentença, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Com efeito, entende a(o) Recorrente que o v. acórdão além de violar o disposto no art. 489, inciso II do Código de Processo Civil, diverge da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Assim, apesar do costumeiro brilhantismo das decisões prolatadas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a análise da lide em tela revela a necessidade da reforma do Acórdão ora impugnado, a fim de que se conceda o benefício almejado. (fls. 112).

É o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice das Súmulas 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro

Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ademais, verifica-se que os dispositivos legais sob os quais teria havido o dissídio jurisprudencial não foram examinados pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim.

Desta forma, reconhecida a ausência de prequestionamento da norma objeto da divergência jurisprudencial, inviável a demonstração do referido dissenso em razão da inexistência de identidade entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea "c".

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL.

1. O cabimento de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional requer o prequestionamento do dispositivo de lei federal cuja interpretação se alega divergente por outro Tribunal.

2. Uma vez reconhecida a ausência de prequestionamento do dispositivo de lei federal apontado como ofendido pela parte recorrente, é desnecessário o exame do cabimento do recurso especial quanto à alínea "c" do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, em relação ao mesmo dispositivo.

3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp n. 1274569/MG, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 25/8/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

